

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 636 - Brasília, terça-feira, 10 de fevereiro de 1998

Plenário vota hoje a reforma que muda o serviço público

Sessão começa às 14h30, com transmissão ao vivo pela Rádio Senado e pela TV Senado. Segundo turno, de acordo com a previsão de Antonio Carlos Magalhães, deverá ocorrer "até o dia 10 de março"



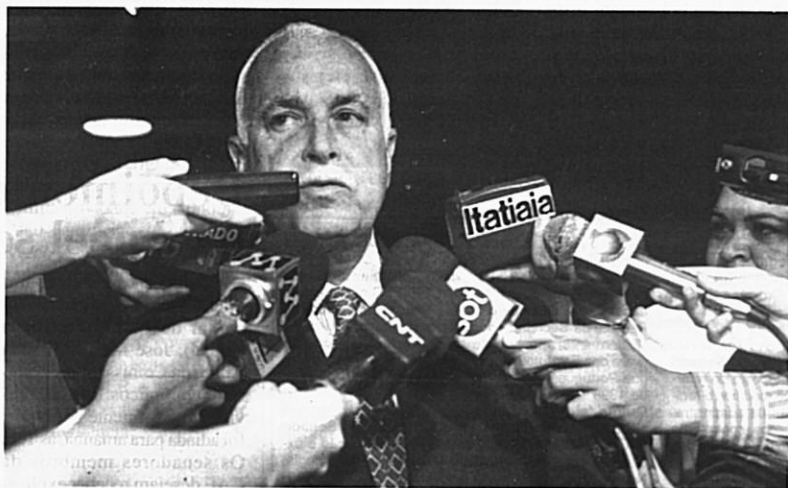
Nabor: pela coincidência

Eleições, tema de Nabor e Palmeira

Nabor Júnior defende a realização simultânea de eleições em todos os níveis - federal, estadual e municipal. Guilherme Palmeira prega a atualização do Código Eleitoral, para evitar leis específicas a cada pleito. **Página 8**



Palmeira: regras estáveis



Antonio Carlos vê o Congresso "em sintonia com os que desejam um Brasil cada vez melhor"



Fernando Henrique falou durante uma hora à TV Senado

O plenário deve votar hoje, em primeiro turno, a proposta de reforma administrativa, que introduz grandes mudanças no serviço público do país. Em entrevista, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, confirmou a votação para hoje ou, "em último caso, se for necessário, na quarta-feira (amanhã), a partir das 10h da manhã". O segundo turno, de acordo com a previsão do presidente do Senado, deverá ocorrer "até o dia 10 de março".

A sessão começará às 14h30, com transmissão ao vivo pelo Rádio Senado e pela TV Senado. **Páginas 2 e 3**

A intenção é corrigir absurdos, afirma FHC

A reforma administrativa vai corrigir absurdos como o fato de um estado gastar com pagamento de pessoal mais do que arrecada em impostos, sendo obrigado a se endividar no mercado para honrar a folha de salários. A opinião é do presidente Fernando Henrique Cardoso em entrevista concedida ontem à TV Senado e à Rádio Senado. O presidente disse também que o grande potencial do Brasil é, atualmente, o mercado interno. Ele considerou ilusório imaginar que o país possa avançar baseado nas exportações. **Página 5**

Comissão discute lavagem de dinheiro

O projeto que dispõe sobre os crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores será analisado hoje pela Comissão de Justiça do Senado, a partir das 11h. **Página 3**

ACM enaltece relacionamento com Temer

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, elogiou ontem a atuação do presidente da Câmara, Michel Temer, e disse que o relacionamento dos dois é "muito bom", porque ambos trabalham pelos mesmos objetivos - "acertar e fazer o melhor pelo Brasil".

- Estamos unindo nossos esforços nesse sentido, e eu gostaria que todos ajudassem nisso, porque as instituições são mais importantes do que os homens. Eu e o presidente Temer nos damos muito bem, ninguém tenha dúvida disso - afirmou.

Antonio Carlos não comen-

tou a tramitação da reforma da Previdência, alegando que "a emenda está na Câmara, e eu não tenho nada com esse assunto". O senador aproveitou para ressaltar seu apreço por Temer - "um homem competente, sério e que quer acertar" - e a capacidade do deputado para levar a bom termo as votações na Câmara.

- O processo de votação desta semana será tranquilo, aqui e na Câmara, na medida em que os que cometeram erros não vão repeti-los, até porque o presidente Temer tomou as providências indispensáveis para evitar qualquer coisa - disse.

O presidente do Senado considerou normal a diferença entre as votações nas duas Casas, porque "é muito mais fácil controlar 81 senadores do que 513 deputados das mais diversas tendências", e, referindo-se aos episódios da semana passada, arrematou: "Essas coisas são até naturais; o importante é que não aconteçam outra vez".

De acordo com as previsões de Antonio Carlos, o Senado votará o primeiro turno da re-



ACM: Congresso em sintonia com o Brasil

forma administrativa hoje, ou, "em último caso, se for necessário, na quarta-feira, a partir das 10h da manhã", enquanto o segundo turno deverá ocorrer "até o dia 10 de março". Segundo ele, a reforma da Previdência será votada na Câmara "de quarta para quinta-feira (dias 11 ou 12), o que será uma coisa muito importante para o Brasil".

O presidente do Senado concluiu fazendo um balanço "altamente positivo" desta convocação:

- É praticamente inédito no Congresso uma convocação com tantas aprovações na Câmara e, principalmente, no Senado. Estou extremamente feliz de ver que o Congresso está em sintonia com os que desejam um Brasil cada vez melhor - afirmou.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Votação em primeiro turno da proposta de reforma administrativa - "PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas, e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal"

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Recepção à comitiva dos magistrados guineenses, integrantes da Comissão de Reforma do Judiciário de Guiné-Bissau. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: "PLC nº 66/97, que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos na proposição; e cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: "PDL nº 143/98, que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Luta Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre o Brasil e a Itália, em 12.02.97; "PLC nº 47/96, que altera a Lei nº 7.565/96, para incluir hipótese de destruição de aeronave; "Requerimento nº 36/98, do senador Francolino Pereira, que requer seja enviado o voto de congratulações ao Sumo Pontífice papa João Paulo II e a Sua Eminência, arcebispo em Minas Gerais, dom Serafim Fernandes de Araújo, em razão de sua nomeação para cardeal da Igreja Católica. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (11.02.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: "PLC nº 76/97, que institui normas gerais sobre desporto; "PLC nº 66/97, dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta lei; e cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf; "PLC nº 47/96, altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1996, para incluir hipótese de destruição de aeronave; "PLC nº 31/97,

revoga o parágrafo único do art. 442 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (vinculo empregatício); "PLS nº 156/97, altera a redação do parágrafo único do art. 442 da CLT; "PLC nº 2/98, cria, transforma e extingue cargos e funções no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal; e "PDL nº 4/98, aprova os textos da Declaração Constitucional e dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinados em Lisboa, em 17 de julho de 1996

Quinta-feira (12.02.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: "PLC nº 1/98, que dispõe sobre a criação e extinção de cargos no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial e no Instituto Nacional da Propriedade Industrial; "Projeto de Resolução nº 164/97, que autoriza o estado de Mato Grosso a elevar temporaneamente o seu limite de endividamento para que possa contratar e prestar contraguarantia à operação de crédito externo, com aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor de US\$ 45 milhões, destinada a financiar parcialmente o Programa de Reforma do Estado de Mato Grosso; "PDL nº 132/97, aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação Econômica, Industrial e para o Desenvolvimento, celebrado entre o governo brasileiro e o governo italiano; "PDL nº 144/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, celebrado entre o governo do Brasil e o governo da República Oriental do Uruguai; "Projeto de Resolução nº 9/98, autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor equivalente a até cento e cinquenta e cinco milhões de dólares norte-americanos, de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Projeto de Suporte à Reforma do Setor Ciência e Tecnologia - PADCT/III; "Projeto de Resolução nº 12/98, autoriza o estado do Espírito Santo a transferir, para a Caixa Econômica Federal - CEF, débitos junto a instituições financeiras privadas, no valor total de R\$ 25 milhões, 41 mil e 331, apurado em 28 de fevereiro de 1997, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Estados; e "Projeto de Resolução nº 13/98, autoriza o estado do Pará a contratar, junto à Caixa Econômica Federal - CEF, operação de crédito que consiste na aquisição, pela CEF, de créditos detidos por instituições financeiras privadas junto ao estado do Pará, no montante de R\$ 24 milhões, 211 mil e 332

COMISSÕES

Quarta-feira (11.02.98)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do senhor José Mário Miranda Abdo, diretor-geral da Aneel, acerca do "Suprimento de Energia Elétrica", em atendimento ao Requerimento nº 2/CAE/98, de autoria do senador Esperidião Amin. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Depoimento de diretor da Aneel será amanhã

A audiência pública com o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Miranda Abdo, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), prevista anteriormente para hoje, foi adiada para amanhã, às 10h. Os senadores membros da CAE desejam receber explicações do diretor da Aneel sobre dúvidas surgidas a respeito do suprimento de energia elétrica no país.

O requerimento para a convocação do diretor da Aneel, de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC), foi aprovado no dia 29 de janeiro pela CAE. O mesmo requerimento

solicita a presença na comissão do presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Renato Navarro Guerreiro, para discorrer sobre a cisão das teles estaduais. A exposição de Navarro ainda não tem data marcada.

Autarquia destinada a regular e fiscalizar a produção, distribuição e comercialização de energia elétrica, a Aneel foi criada há um ano pela Lei 9.427, e a nomeação de seus diretores pelo presidente da República, para mandatos de quatro anos, depende de prévia aprovação do Senado.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Jânio Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flavio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Projeto de lavagem de dinheiro entra em discussão na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), discute hoje, às 11h, o projeto que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. O projeto, de autoria do Executivo, tem o senador Romeu Tuma (PFL-SP) como relator e será votado amanhã pelo plenário.

A matéria trata ainda da prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos na nova lei e cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).



Romeu Tuma, relator na CCJ

ras (Coaf).

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) - presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP) -, que já analisou o projeto, aprovou o relatório favorável do senador Levy Dias (PPB-MS). O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) propôs, através de uma emenda acolhida pela CAE, a inclusão, entre os delitos a serem punidos pela nova lei, dos crimes contra a ordem tributária.

O projeto já recebeu nove emendas na CCJ, todas do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), que serão analisadas no relatório a ser apresentado pelo senador Romeu Tuma na CCJ.

Pelo projeto, haverá redução da pena de um a dois terços para o autor ou co-autor de ilícito que colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando informações que conduzam à apuração das infrações penais e de sua autoria ou à localização dos bens ou valores objeto do crime.

Emissoras acompanharão trabalhos das comissões

A apreciação, pela Comissão de Constituição e Justiça, do projeto que fixa as penas para o crime de lavagem de dinheiro poderá ser acompanhada, ao vivo, a partir das 11h, pela TV Senado e pela Rádio Senado 91,7 Mhz.

Em seguida, a TV Senado transmitirá a votação, pela Comissão de Relações Exteriores, do projeto que permite a destruição de aeronaves hostis que invadirem o espaço aéreo brasileiro.



Agripino: aeronaves hostis

O acordo de cooperação entre o Brasil e a Itália na luta contra o crime organizado e o tráfico de entorpecentes é um dos assuntos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que se reúne hoje, às 17h30. A reunião será presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente em exercício da comissão, que é também o relator da matéria.

Relator rejeitou emendas de mérito. Proposta, que tramitou em tempo recorde, introduz mudanças profundas no serviço público

Reforma administrativa será votada hoje no plenário

Depois de apenas dois meses e dez dias tramitando no Senado, um tempo curto em relação a outros projetos (o Código de Trânsito foi debatido por três anos), o plenário vota hoje, em primeiro turno, a proposta de reforma administrativa, que introduz grandes mudanças no serviço público do país. O relator da reforma, senador Romero Jucá (PFL-RR), não aceitou qualquer emenda de mérito - apenas emendas de redação.

A sessão começará às 14h30, com transmissão ao vivo pela Rádio Senado e pela TV Senado. O processo de votação da reforma deve se iniciar às 15h30, quando senadores poderão usar da palavra para manifestar seus pontos de vista. Por se tratar de mudança constitucional, há necessidade de votação em dois turnos, e, se aprovada hoje, a reforma administrativa voltará ao plenário em março, para a votação de segundo turno. Se aprovada nas duas votações sem mudanças de mérito, a emenda será promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara, pois já foi votada pelos deputados, entrando em vigor imediatamente.

Apartada pelo governo como um projeto fundamental para o equilíbrio das contas públicas da União, dos estados e dos municípios, a reforma administrativa acaba, entre outras coisas, com a estabilidade empre-



Jucá: texto original da Câmara

gática de funcionários públicos (exceto para carreiras típicas de Estado, como policiais, diplomatas etc.). Com a mudança na Constituição, servidores públicos poderão ser demitidos por insuficiência de desempenho ou quando União, estados e municípios estiverem gastando com a folha salarial mais que 60% de sua receita. Antes da demissão por excesso de gastos, devem ser cortados 20% das chefias e demitidos os não-estáveis.

Outra inovação da reforma é a fixação do salário máximo no serviço público (também para aposentadoria) - que será o salário de ministro do STF, atualmente R\$ 12.720,00. Nesse teto estão incluídos salário, gratificações e todo tipo de vantagem pessoal. O estágio probatório para concursados do serviço público passará de dois para três anos (preservados direitos para quem tomar posse até a promulgação). A reforma permitirá que estran-

geiros entrem no serviço público brasileiro depois que uma lei do Congresso definir as condições e áreas em que poderão atuar.

O Regime Jurídico Único (RJU) deixará de ser obrigatório para contratação no serviço público, mas ficam mantidos os concursos. Já os funcionários que forem colocados em disponibilidade receberão salários proporcionais ao tempo de serviço, e não mais salário integral.

Os acréscimos pecuniários de servidores não mais poderão ser acumulados aos salários depois da reforma administrativa. Já as estatais que continuarem dando prejuízo até dois anos depois das mudanças terão de ser privatizadas ou fechadas, de acordo com as mudanças.

TV e Rádio Senado vão transmitir a votação ao vivo

A apreciação da reforma administrativa pelo plenário será transmitida, ao vivo, pela TV Senado e pela Rádio Senado FM, hoje, a partir das 14h30.

CRE analisa acordo contra o crime organizado

AERONAVES

Outro item da pauta é o projeto de lei da Câmara que incluiu a hipótese de destruição de aeronaves hostis, que será relatado pelo senador José Agripino (PFL-RN). A matéria, que já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) - presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) -, quanto à sua constitucionalidade, terá, ago-

ra, a discussão sobre o mérito pela CRE, e, no dia seguinte, será votada pelo plenário.

A comissão analisa, ainda, o requerimento do senador Francélio Pereira (PFL-MG), para que seja enviado voto de congratulações ao papa João Paulo II e ao arcebispo de Minas Gerais, dom Serafim Fernandes de Araújo, pela nomeação deste último para cardeal da Igreja Católica.



Francélio: louvor ao papa

Veja o andamento das matérias da convocação

Nº	Assunto	Relator	Situação Atual
PEC 41/97	Reforma administrativa	Romeu Tuma	Hoje - votação, em primeiro turno, no plenário. Em 4/2 - aprovado parecer na CCJ com emendas de redação. Dia 30/1 - encerrada a discussão em plenário em primeiro turno, com apresentação de 26 emendas.
PEC 39/97	Regime constitucional dos militares	Romeu Tuma	Promulgada em 5/2. Aprovado dia 27/1 pelo plenário, em 2º turno. Aprovado pelo plenário em 1º turno dia 13/1.
PEC 50/96	Convoca plebiscito para realização de revisão constitucional	Jefferson Pêres	Aguardando inclusão em ordem do dia (1º turno)
PEC 21/97	Revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que tratam do sistema financeiro	Jefferson Pêres	Aguardando inclusão em ordem do dia (1º turno)
PLC 14/96	Propriedade intelectual de programa de computador	Roberto Requão	Volta à Câmara dos Deputados. Aprovado com emendas e subemenda em 22/1 pelo plenário.
PLC 47/96	Destruição de aeronave	José Agripino (CRE) Romeu Tuma (CCJ)	Hoje, discussão e votação sobre o mérito na CRE. Dia amanhã (quarta-feira), discussão e votação pelo plenário (regime de urgência). Aprovado dia 21/1 parecer pela constitucionalidade na CCJ.
PLC 93/96	Contrato temporário de trabalho	Romeu Tuma	Sancionado dia 21/1. Aprovado pelo plenário em 13/1.
PLC 100/96	Serviço voluntário	Sebastião Rocha	À sanção. Aprovado dia 27/01, em turno único, pelo plenário.
PLC 007/97	Transporte multimodal de cargas	Gerson Carrata	Volta à Câmara dos Deputados. Aprovado dia 15/1 pelo plenário, com emendas.
PLC 31/97	Vínculo empregatício entre cooperativas e associados	Jonas Pinheiro	Amanhã (quarta-feira), discussão e votação pelo plenário (regime de urgência). Dependendo de parecer da CAS.
PLC 46/97	Lei Orgânica da Assistência Social	José Fogaça	Sancionado dia 5/2. Aprovado dia 15/1 pelo plenário.
PLC 50/97	Rádiodifusão comunitária	Sérgio Machado	À sanção. Aprovado pelo plenário dia 28/1.
PLC 66/97	Pune e lavagem de dinheiro	Levy Dias	Hoje, dia 10, apreciação da matéria na CCJ. Amanhã (quarta-feira), discussão e votação no plenário (regime de urgência). Já tem parecer favorável na CAE.
PLC 68/97	Autoriza MT a repassar recursos para pagamento de pessoal (Copertrens - PE)	Roberto Freire	Sancionado dia 19/1. Aprovado pelo plenário em 13/1.
PLC 69/97	Autoriza MT a repassar recursos para pagamento de pessoal (Metrofor - CE)	Jonas Pinheiro	Sancionado dia 22/1. Aprovado pela CAE e pelo plenário dia 20/1.
PLC 78/97	Relações de trabalho do atleta profissional de futebol (Lei Pelé)	Lesmar Quintanilha (CCJ) Benedita da Silva (CAS) Artur da Távola (CE)	Amanhã (quarta-feira), discussão e votação em turno único pelo plenário (regime de urgência). Em 5/2 - aprovados os três pareceres (todos favoráveis) em reunião conjunta.
PLC 001/98	Criação e extinção de cargos no Instituto Nacional de Metrologia e no Instituto Nacional da Propriedade Industrial	Regina Assunção	Amanhã (quarta-feira), discussão e votação em turno único no plenário. Aprovado parecer favorável dia 28/1, na CCJ.
PLC 002/98	Cria, transforma e extingue cargos e funções do quadro de pessoal da secretaria do Supremo Tribunal Federal	Josaphat Marinho	Amanhã (quarta-feira), discussão e votação em turno único no plenário (regime de urgência). Em 3/2 - aprovação do parecer na CCJ, com 1 emenda.
PLC 004/98	Exames de aptidão física e mental de condutores de veículos; Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito; e ampliação da composição do Contran	Ramez Tebet	Sancionado em 21/1. Aprovado dia 21/1 parecer favorável na CCJ.
Substituto da CD ao PLS 249/89	Regula os direitos autorais	Romeu Tuma	À sanção. Em 4/2, aprovado o substitutivo, suprimidos os arts. 36, 37 e 38 (plenário). Em 3/2 - aprovado parecer na CCJ mantendo substitutivo da Câmara.
Substituto da CD ao PLS 93/93	Planos de saúde	Sebastião Rocha	Na CAS, concedida vista coletiva.
PLS 219/95 - Complementar	Sigilo bancário	Jefferson Pêres (CCJ) Vilson Kleinibing (CAE)	Em 3/2 - aprovado em plenário substitutivo da CAE, pela prejudicialidade o da CCJ.
Substituto da CD ao PLS 101/96	Cria a região integrada de desenvolvimento do DF e Entorno	Lúcio Alcântara	À sanção. Aprovado pelo plenário dia 28/1.



Lauro: pela competitividade

Lauro prevê desvantagem na exportação

O senador Lauro Campos (PT-DF) advertiu ontem, em discurso, que as indústrias brasileiras não terão condições de concorrer com produtos do Sudeste Asiático, "depois que alguns países chegaram a desvalorizar suas moedas em até 80%" para enfrentar a crise das bolsas.

- Diante disso, não sabemos sequer se o Plano Real durará até as eleições. Não sabemos se o Banco Central conseguirá manter essa estabilidade monetária por meio de uma taxa de câmbio que torna os produtos brasileiros incapazes e inviáveis para exportação - pondera.

Lauro leu trechos de entrevistas publicadas recentemente pelo jornal *The New York Times*, abordando a economia brasileira. Citou o professor Robert Reich, ex-secretário do Trabalho dos EUA, o qual acredita que está a caminho uma grande contração econômica, "com dinâmica semelhante à da Grande Depressão de 1929".

"Tudo se assemelha a um incêndio que não foi controlado", diz Eisuke Sakakibara, vice-ministro para as Finanças Internacionais do Japão. Ele arrisca que a crise asiática é apenas o primeiro sintoma de uma síncope do capitalismo mundial - afirmou Lauro Campos.

Para o senador, "contração, colapso e síncope capitalista eram coisas impensáveis até meados do ano passado, quando países do Sudeste Asiático começaram a quebrar. Será que o neoliberalismo sobreviverá no Brasil? Será que só aqui o desastre vai dar certo?"

Durante uma hora e cinco minutos o presidente da República falou, ontem, à TV Senado e à Rádio Senado, em entrevista exclusiva na qual dissertou sobre economia, desemprego, reformas e ecologia

FHC: força do Brasil é o mercado interno

"Reforma na administração corrigirá absurdos"

"A reforma administrativa não tem nenhuma aberração e vai corrigir absurdos", assinalou o presidente da República na entrevista: "Você acha que 308 deputados concordariam com uma aberração?" Para Fernando Henrique, a reforma administrativa vai resolver "absurdos" como um estado gastar com pagamento de pessoal mais do que arrecada em impostos, sendo obrigado a se endividar no mercado para honrar a folha de salários.

Para ele, os sindicatos, "que são mais organizados que o Estado", "fizeram grande onda" sobre a quebra da estabilidade no serviço público. Explicou que a reforma vai permitir a demissão, com ampla defesa do interessado, de funcionário público incompetente e relapso. Também vai autorizar dispensa de pessoa quando a folha de salários ultrapassar o que manda a lei - 60% das receitas.

- A União está longe de gastar esses 60%. Não obstante, os sindicatos de funcionários da União estão fazendo uma gritaria para enganar. Isso é propaganda enganosa,

porque a reforma não mexe com pessoal da União - frisou. Quanto às demissões por insuficiência de desempenho, a decisão é justa, pois a população não tem de pagar salário desses servidores, disse.

Sobre a reforma da Previdência, Fernando Henrique Cardoso repetiu que "nada vai mudar para quem está aposentado - nada, zero". Haverá mudanças para quem não se aposentou. O objetivo é evitar que pessoas com menos de 50 anos se aposentem no serviço público, explicou. Para ele, a reforma atinge mais "pessoas da classe média, que têm privilégios". Citou, como outro absurdo que se procura corrigir, a aposentadoria de quem é nomeado para tribunal e, dois anos depois, completa seu tempo de serviço e vai para casa com o mesmo salário da ativa.

O presidente da República manifestou-se preocupado com a situação do Rio de Janeiro, mas considera que o estado deu um salto enorme em termos de desenvolvimento. Disse que seu governo está aberto para montar com o estado uma campanha de combate à criminalidade.

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem, em entrevista exclusiva à TV Senado e Rádio Senado, que o grande potencial do Brasil atualmente é o mercado interno. "Temos que aumentar a nossa poupança interna, que é baixa, e por isso as reformas são necessárias, pois seria ilusório imaginar que o Brasil pode avançar baseado no mercado externo, na exportação", afirmou.

Fernando Henrique assinalou que a grande parte do produto nacional, estimado em US\$ 800 bilhões, é consumido no país, lembrando que, desse valor, o Brasil exporta entre 6% e 7%. "Isso não é nada. Um país como a França exporta 30%, e os Estados Unidos, que são, como o Brasil, um país continental, estão entre 15% e 20%."

- Nós precisamos exportar porque precisamos ter divisas e precisamos deixar a economia aberta para a competição, para evitar que haja exploração do nosso povo aqui pelos nossos empresários. Tem que ter um parâmetro de preços, mas nós temos que entender que nossa força é o mercado interno - salientou.

Em relação à crise asiática, o



Fernando Henrique recebeu as equipes da TV e da rádio no Palácio da Alvorada

presidente considerou que o Brasil reagiu prontamente, mostrando que o país não possui um sistema financeiro frágil. "Nosso sistema financeiro já estava saneado, graças ao Proer, que salvou a possibilidade de o Brasil funcionar. Agora eles estão tentando fazer um Proer lá com custos muito mais altos do que nós fizemos aqui", sustentou.

- A globalização é um fato, é um processo, não adianta querer ou não querer, não é um botão que a gente aperta. Ou você arranja uma maneira de entrar nela positivamente ou você pode ficar excluído dela. E ficar excluído dela não é melhor: é pior, você vai para trás. Em alguns países isso acontece, não é, obviamente,

o caso do Brasil - defendeu Fernando Henrique.

Conforme o presidente, as crises no sistema capitalista sempre se generalizaram, como a de 1929, mas a "novidade é que o grau de internacionalização da produção e do financiamento nunca foi como é hoje". Além disso, frisou, o sistema financeiro passou a ser mais amplo e regido com muito mais rapidez pela comunicação imediata, em tempo real.

- Então as crises hoje têm uma repercussão muito maior. Foi o que aconteceu nessa última crise. O Brasil não tem nada a ver com a crise da Ásia, que é típica de capitalismo - constatou Fernando Henrique.

"Desemprego existe, mas não é alarmante como pretendem"

O presidente não nega o desemprego no Brasil, mas lembra que ele existe em todo o mundo, porque a tecnologia atual poupa mão-de-obra. "Isso não tem a ver diretamente com a globalização. O emprego tem se reduzido na indústria, mas tem aumentado na área de serviços. O que não podemos é cair no catastrofismo por causa desse problema", disse.

O índice de desemprego do IBGE, hoje em 5,6%, tem mudado pouco nos últimos anos e não reflete o que está acontecendo em todo o país, pois são pesquisadas apenas as principais

regiões metropolitanas, onde "geralmente o desemprego é mais alto", explicou ele. Fernando Henrique ponderou que a indústria de calçados entrou em crise em Franca (SP) e na região do Vale dos Sinos (RS), mas o setor calçadista tem instalado indústrias no Nordeste.

Para o presidente, acontece neste momento no mundo, com a redução do emprego na indústria, o que aconteceu há algumas décadas no setor rural, com a modernização do campo. A saída é investir nos serviços que geram emprego com maior rapidez e, ao mesmo tempo, dar

todo apoio para que o desempregado da indústria seja reciclado, aprenda uma nova profissão, onde a máquina número um é o computador.

Fernando Henrique disse ainda que há hoje elevados percentuais de jovens chegando ao mercado de trabalho, resultado do período em que a população crescia cerca de 3% ao ano (atualmente esse índice é 1,3%). O importante, observou, é o país manter sua taxa de crescimento das atividades econômicas. "Não podemos parar o crescimento," afirmou.

A preocupação com a lei da biodiversidade

O presidente Fernando Henrique Cardoso considerou muito importante a aprovação, pelo Congresso Nacional, da lei da biodiversidade.

"As medidas de proteção inexistiam, mas agora passaram a existir e eu acho que a preservação dessa biodiversidade é uma coisa realmente importante, não no sentido xenofobo", disse.

- Nós temos a nossa ca-

pacidade de pesquisar e também de ter as leis de patente, que garantam aquilo que nos é devido. Tem que ser no sentido de entender que o desenvolvimento científico pula fronteiras - afirmou Fernando Henrique, reconhecendo que o Congresso Nacional, além da lei da biodiversidade, aprovou outras matérias referentes a patentes, como a lei de cultivares e a lei de software.

Para o senador, é inexplicável a localização da Agência Nacional de Petróleo no Rio, conforme previsto em projeto aprovado na Câmara

Arruda insiste em transferir a sede da ANP para Brasília

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) pediu ontem a transcrição nos Anais do Senado do editorial intitulado "Burla acintosa", publicado no último domingo pelo *Correio Braziliense*, em defesa da fixação da sede da Agência Nacional de Petróleo em Brasília (ANP), e não no Rio de Janeiro. Conforme o senador, esse é um pleito do interesse de todos os segmentos organizados do Distrito Federal.

O editorial sustenta que a localização da sede da ANP no Rio de Janeiro deu-se em flagrante atentado às prerro-



Arruda: "Prerrogativa da capital" gativas político-institucionais da capital da República e resultará na fixação naquele estado do escritório central da agência, além de 13 de suas 16 superin-

tendências e da diretoria, composta de cinco membros. O texto também afirma que a transferência só foi possível graças a uma manobra da bancada fluminense na Câmara.

Autor de projeto, apresentado na semana passada, estabelecendo que a sede da ANP será no Distrito Federal, Arruda observou que a capital da República é a sede dos Poderes da República, órgãos subordinados, autarquias federais e organismos da administração direta e indireta, o que torna inexplicável a localização dessa agência no Rio de Janeiro.

Patrocínio elogia aumento salarial para servidores de TO

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) enalteceu ontem o governador do Tocantins, Siqueira Campos, que, por meio de um decreto, promoveu um aumento no vencimento dos servidores públicos do estado. Conforme o senador, a medida estabelece um aumento escalonado para todos os níveis de funcionários, variando entre R\$ 200 e R\$ 1,2 mil.

Há muito tempo que não se ouve isso na imprensa. O funcionalismo público federal já está há mais de mil dias sem reajuste. O mais importante é que o Tocantins, com essa medida, não atingirá o percentual de 50% das suas despesas com o pagamento de pessoal, que hoje é de 45%, não atingindo o limite constitucional de 60% - disse.



Patrocínio: "Reajuste escalonado"

De acordo com Carlos Patrocínio, o mesmo decreto estipula que, a partir de maio, os funcionários públicos do estado, exceto os de serviços essenciais, trabalharão das 12h às 18h. Segundo o senador, a decisão segue a tendência mundial de redução na jornada de trabalho com o objeti-

vo de gerar mais empregos.

Em aparte, o senador José Bianco (PFL-RO) cumprimentou o governador Siqueira Campos pelo aumento concedido aos funcionários estaduais e lamentou que o exemplo não seja seguido em outros estados.

Patrocínio destacou ainda reportagem da *Folha de S. Paulo* sobre as dívidas dos estados, frisando que, entre as 27 unidades da Federação, apenas cinco conseguiriam pagar todas as dívidas em menos de um ano com sua receita líquida, sendo que entre elas está o Tocantins.

Pediu a transcrição de editorial do *O Globo*, que elogia a aprovação, pelo Senado, de projeto que obriga os estados a destinarem 50% dos recursos de privatizações para abater dívidas.

Lobão: empresários do MA são contra novo imposto

O senador Edison Lobão (PFL-MA) registrou ontem posição contrária da Associação Comercial do Maranhão à proposta de criação de um imposto sobre as operações de venda de derivados de petróleo. Lendo carta que recebeu do presidente da entidade, Júlio César Noronha, o senador assinalou a preocupação dos

empresários maranhenses com um aumento de custos em todos os setores da economia, caso o novo tributo seja instituído.

Há muitos anos debatemos a necessidade do enxugamento do sistema tributário a fim de que as dezenas de impostos existentes possam ser reduzidos a um número razoável, propiciando uma melhor receita - lembrou o senador.



Lobão: "Desânimo geral"

O senador destacou que o projeto, pelo descrédito nos poderes constituídos que proporciona, desanima os geradores de emprego e renda no país.



Osmar fez uma análise dos efeitos do acordo do Paraná com a Renault

Osmar quer análise técnica do protocolo de montadora com PR

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) pediu ontem providências do Senado diante dos efeitos das autorizações concedidas aos estados para a realização de empréstimos externos e internos, aprovadas pela Comissão de Assuntos Econômicos e pelo plenário. No caso do Paraná, o senador aguarda votação de requerimento de sua autoria para que a CAE analise tecnicamente o protocolo do acordo firmado entre o governo estadual e a montadora de automóveis Renault.

Na opinião de Osmar Dias, a CAE e o plenário do Senado têm aprovado solicitações de operações de crédito mesmo com pareceres contrários do Banco Central e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Matéria publicada no jornal *O Globo* de domingo, intitulada "Dívida dos estados cresce sem parar com aval de senadores para empréstimos", demonstraria, a seu ver, a necessidade de rever essa prática.

No ano passado, conforme o senador, o governo do Paraná solicitou autorização para contrair empréstimos no total aproximado de R\$ 500 milhões junto a três organismos. Coube ao senador as relatorias dos pedidos, para as quais ele requereu uma série de informações ao governo paranaense, entre elas o conteúdo do acordo firmado com a Renault. Sem respostas, Osmar Dias afirma que teve o apoio dos senadores para liberar os pareceres apenas com as informações reivindicadas.

Bastou o governador Jay-

me Lerner mudar de partido para a situação também mudar no Senado. Todas as regras foram esquecidas e, contra pareceres contrários do BC e da STN, os empréstimos foram aprovados - disse Osmar Dias.

Enquanto o Senado aprovava os empréstimos, o governo do Paraná firmava acordo que representa, conforme o senador, o comprometimento das finanças estaduais por várias gestões futuras. Pelo protocolo do acordo, o governo emprestará à Renault até R\$ 1,8 bilhão, sem juros ou correção monetária, doará um terreno de 2,5 milhões de metros quadrados e se responsabilizará por toda a infra-estrutura necessária à implantação da montadora. O governo também abrirá mão, por dez anos, de todos os impostos devidos

O Paraná firmou acordo que compromete as finanças estaduais por várias gestões futuras, afirma senador

pela empresa e integralizará o capital da indústria com a compra de R\$ 300 milhões em ações do tipo B, "que só podem ser comercializadas se a Renault o quiser", afirmou o senador.

Conforme Osmar Dias, os empresários paranaenses jamais tiveram acesso a recursos do governo, mesmo com pagamento de juros e correção, de modo que muitos faliram. Ele deu o exemplo da quebra da empresa de alimentos Todeschini e da cooperativa Copagro.

Juristas da Guiné-Bissau visitam CCJ esta manhã

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) recebe hoje uma comitiva de magistrados guineenses da Comissão de Reforma do Judiciário da Guiné-Bissau.

Integram a comitiva o presidente do Supremo Tribunal de Justiça e Juiz Conselheiro da Guiné-Bissau, Mamadu Saliu; o procurador-geral da República, Juliano Augusto Fernandes; o juiz do Tribunal Regional de Bissau, Fernando Jorgribeiro; o oficial de justiça Mário Caba Balde; o representante do Trade and Investment Promotion Support (TIPI), Lourival Zagonel dos Santos, e o coordenador local do encontro, Hermano Wrobel.

A visita está marcada para as 10h na sala de reuniões da CCJ. Os visitantes serão recepcionados pelo presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Curtas são o destaque no Cultura ao Meio-Dia

Os curtas *Canto de Trabalho*, de Humberto Mauro, *Jornada Kamayurá*, de Heinz Forthman, *Megalópolis*, de Leon Hirszman, *Aleijadinho*, de Joaquim Pedro, e *Carmem Miranda*, de Jorge Ilieli, são os filmes de amanhã, dentro do projeto Cultura ao Meio-Dia.

O projeto, desenvolvido pela Coordenação de Relações Públicas, apresenta curtas e longas-metragens, sempre às 12h, no Auditório Petrólio Portella.

Os filmes são assistidos pelos servidores do Senado e pela comunidade em geral, com entrada franca.

Senador pede a ministérios que façam uma averiguação para saber se os recursos liberados estão recebendo o tratamento correto

José Bianco quer saber o destino de verbas em RO

O senador José Bianco (PFL-RO) pediu ontem que os ministérios dos Transportes, Saúde e Previdência façam uma averiguação imediata para saber se os recursos por eles liberados para o estado de Rondônia estão recebendo o tratamento correto, uma vez que esses recursos teriam que ficar em contas bancárias específicas e movimentadas dentro de regras estabelecidas quando das assinaturas desses convênios entre os órgãos federais e o governo estadual.

José Bianco afirmou que a última novidade em Rondônia "são denúncias de que o governo estadual tem movimentado sistematicamente junto a instituições financeiras os recursos oriundos dos convênios assinados entre o governo estadual e organismos federais como o DNER e a Secretaria de Ação Social do Ministério da Previdência".



Bianco: os desvios são comuns

O senador reportou-se ainda ao chamado "Escândalo do FGTS", que mereceu reportagem na revista *Isto É*, sobre o contrato firmado entre o estado e uma empresa gaúcha que intermediou junto à Caixa Econômica Federal o pagamento do FGTS ao governo estadual. Segundo o senador, esses servidores foram contratados no

passado e não eram optantes do Fundo de Garantia. Os recursos, conforme disse, somam R\$ 2 milhões e 247 mil, dos quais 30% seriam pagos à empresa gaúcha responsável pela intermediação.

Sobre o assunto, José Bianco destacou nota oficial do governo estadual, garantindo que todas as quantias sacadas indevidamente serão devolvidas e nenhum servidor será prejudicado. O senador registrou também artigo de um dos procuradores de Rondônia, Joel de Oliveira, sob o título "Uma Instituição sob Suspeita", no qual o procurador destaca peças de dois processos que tramitam na Justiça contra o governador de Rondônia.

José Bianco observou que o primeiro processo se refere a desvio de dinheiro da merenda escolar e o outro a desvio de dinheiro de uma campanha de combate à Aids.

Amorim já se queixou até ao presidente da República

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) afirmou ontem que Rondônia está sendo administrada por um governador que não respeita o dinheiro público e que aplica mal os recursos enviados para o estado. Ele disse já ter narrado as irregularidades do governo estadual ao presidente da República, o qual, "absorvido em suas ocupações, esqueceu-se de mandar averiguá-las".

Contumaz denunciante de supostas irregularidades do governo rondoniense junto ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, o senador sugeriu que a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado aja com maior rigor. "Essa Comissão devia tomar mais providências para evitar o desvio de recursos", afirmou o parlamentar, observando que a União tem repassado significativas cifras para seu estado.

Na opinião de Ernandes Amorim, a negligência de Valdir Raupp na aplicação do dinheiro público resultará em prejuízos não só para o povo de Rondônia, mas para todo o povo brasileiro. Afirmando que os recursos destinados ao estado são aplicados basicamente em campanha política e publicidade, o senador manifestou seu desejo de que o governador aprenda a ter "um pouco mais de responsabilidade com a coisa pública".

Ernandes Amorim lembrou que não é o único parlamentar de Rondônia a insurgir-se contra as atitudes de Valdir Raupp. Entre as irregularidades praticadas, apontou o saque do FGTS de 4.562 servidores, o que, em sua opinião, merece uma CPI, visto que até mesmo a empresa incumbida de acessar os valores dessas contas ganhou uma vultosa quan-



Amorim: dois anos de denúncias

tia pelo serviço. O senador classificou como uma verdadeira "guerra" o conflito de interesses entre os atos do governador e a população de Rondônia, e disse que, desde 1996, faz denúncias contra irregularidades praticadas no estado.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

- 7h - Entrevista com o presidente da República Fernando Henrique Cardoso - sobre desempenho, salário mínimo e relacionamento entre Executivo e Legislativo, entre outros assuntos
- 8h - Debate com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e o coordenador da Pastoral da Criança Rogério Arns sobre o trabalho voluntário e os programas do "Comunidade Solidária"
- 9h30 - Entrevista com o presidente da República Fernando Henrique Cardoso (reapresentação)
- 11h - Comissão de Constituição e Justiça - apreciação do relatório do projeto de lei que trata da punição por crime de lavagem de dinheiro
- 14h30 - Sessão plenária - votação da Reforma Administrativa em primeiro turno (vivo)
- Logo após - Comissão de Relações Exteriores - apreciação de projeto de lei que dispõe sobre a destruição de aeronaves que invadem o espaço aéreo brasileiro
- 20h30 - Teletexto "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Entrevista com o presidente da República Fernando Henrique Cardoso (reapresentação)
- 22h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - Teletexto "Congresso Hoje"
- 0h40 - "Senado em Pauta"
- 1h - Debate com o senador Sebastião Rocha e o coordenador da Pastoral da Criança Rogério Arns
- 2h - "Jornal de Amazônia"
- 2h15 - "Senado em Pauta"
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - Teletexto "Congresso Hoje"
- 6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, instituições, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 11h - Comissão de Constituição e Justiça
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão de sessão plenária
- 4h - Música e informação até às 8h

Coincidência geral das eleições é fundamental para a consolidação da democracia no Brasil, acredita Nabor. Palmeira prega a edição de regras estáveis para os pleitos

Nabor defende reforma política



Nabor: eleição geral de todos

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) defendeu, em plenário, a realização simultânea das eleições em todos os níveis - federal, estadual e municipal -, argumentando que "um dos males da democracia brasileira é a descondição de mandatos".

- A não-coincidência de mandatos é prejudicial ao bom desempenho administrativo porque, quando um governador ganha uma eleição e assume o cargo, por exemplo, o prefeito já está renunciando ou se desincompatibilizando para concorrer à Câmara dos Deputados - acrescentou.

Nabor Júnior lembrou o trabalho desenvolvido pela Comissão Especial da Reforma Política-Partidária, que, sob a presidência do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), já apresentou o relatório preliminar do senador Sérgio Machado (PSDB-CE). Instituída por designação da Mesa do Senado, essa comissão colheu sugestões de ministros e autoridades.

- O ministro Carlos Veloso, por exemplo, fez exposição a

respeito de mudanças que o Tribunal Superior Eleitoral oferece ao Código Eleitoral, que data de 1950. E a comissão ouviu ainda os governadores de São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, assim como vários deputados e senadores. O relatório definitivo deverá ser apresentado brevemente - salientou.

Nabor Júnior entende que outro ponto polêmico é a adoção do voto distrital e do voto facultativo, que, se aplicada no Brasil, irá favorecer somente os grandes estados. Disse que estados do Norte e Nordeste seriam profundamente prejudica-

dos, porque passariam a ter dois deputados eleitos pelo voto proporcional e dois pelo distrital.

- Não é o momento adequado para se adotar o voto facultativo porque, além de a democracia no Brasil ainda ser incipiente, a medida irá favorecer sobretudo ao poder econômico. Ou seja, quem tiver mais dinheiro vai se mobilizar e colocar o povo e todo o seu eleitorado na rua no dia da eleição - alertou.

Nabor Júnior comentou também a questão da fidelidade partidária, que, a seu ver, é ponto fundamental para que a democracia no país seja consolidada. "Sem partido forte, não teremos democracia forte; e se não houver o restabelecimento da fidelidade partidária, não teremos partidos fortes", frisou. O senador lamentou casos em que parlamentares teriam trocado quatro vezes de partido em um ano.

- No Brasil se muda de partido com a mesma frequência com que se muda de camisa - observou.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse que

o Brasil está precisando de uma reforma político-partidária "amplos, geral e duradoura, e acredito que, logo após as eleições de outubro, o Senado Federal deverá se debruçar sobre o que se chama de novo Código Eleitoral".

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM), por sua vez, após manifestar-se amplamente favorável ao posicionamento de Nabor Júnior, afirmou que "não poderíamos ter voto distrital com sistema presidencialista, e, por-

"Sem partido forte, não teremos democracia forte", afirma Nabor ao defender a fidelidade partidária

tanto, é um assunto que merece a reflexão de todos".

Já o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) declarou não compreender como um cidadão troca de legenda por simples conveniência política, e lamentou que a reforma política do país só poderá ser objeto de discussão após a eleição de outubro.



Fogaça: "Partido contraditório"

Fogaça critica candidatura do PMDB

O senador José Fogaça (PMDB-RS) disse ontem que o grupo de seu partido que pretende lançar candidatura própria à Presidência da República "para combater de forma contundente e feroz" o atual governo não tem como projeto político a construção de um novo país, mas apenas o de ocupar o cargo máximo do poder político. Para ele, essa postura é "esquizofrênica e paradoxal", "um aleijão moral" inadmissível, pois "o prazo moral para se autodescobrir como opositorista desde criança já passou para o PMDB".

Fogaça fez um paralelo do comportamento de seu partido com o da figura arquetípica da tragédia *Ricardo III*, de Shakespeare. A seu ver, hoje o PMDB "é um emaranhado de contradições e idéias disformes, um corpo deformado numa mente horrenda, dominado pela falta de ética".

É incompreensível, na opinião do senador, que um partido permaneça três anos e meio integrando um governo, dele participando e usufruindo, tendo o privilégio de se ver representado em ministérios importantes - Justiça e Transportes - e, às vésperas da campanha eleitoral, pretenda descobrir que não gosta nem concorda com o sistema dentro do qual se encontra. Tal situação, para ele, é "uma paródia da traição".

Disse que, diferentemente do grupo que quer lançar candidatura própria, o ex-governador Ciro Gomes, quando resolveu construir o projeto de seu presidente da República, "não quis subordinar a coletividade em que vivia a seu projeto pessoal".

Palmeira aponta necessidade de atualizar Código Eleitoral

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) defendeu ontem a necessidade de atualização do Código Eleitoral no primeiro ano da próxima legislatura, "sob o risco de entrarmos no próximo século com um modelo político indefinido". Preocupa o senador o fato de as eleições em outubro deste ano estarem submetidas a novas leis específicas, "exatamente como ocorreu em 94 e 89".

- Completada esta etapa, poderíamos ter, já a partir das eleições municipais do ano 2000, a plena institucionalização do nosso sistema eleitoral, com leis estáveis, permanentes e não periódicas, que

poderiam, quando muito, necessitar de uma ou outra alteração ocasional - assinalou o senador, justificando a urgência da discussão de alterações no sistema político, que, a seu ver, deveriam ter sido propostas antes mesmo das reformas administrativa e previdenciária.

Para Guilherme Palmeira, não deveria ser discutida na "permanentemente adiada" reforma política a periodicidade da renovação dos mandatos legislativos e do Executivo. No seu entender, o atual modelo garante a oportunidade de o eleitorado manifestar-se a cada dois anos, o que fortalece a participação política, "essencial em toda democracia".



Palmeira quer modificar o que classifica de modelo político indefinido

Também não necessitariam de alterações significativas a lei dos partidos e a que trata da inelegibilidade, por terem sido recentemente atualizadas.

Em aparte, o senador Elcio Alvares (PFL-ES), líder do governo no Senado, concordou que a reforma política deveria ter precedido todas as outras e defendeu a fidelidade partidária como meio de facilitar as campanhas eleitorais e aprimorar o sistema democrático. Elcio esclareceu que as reformas administrativa, previdenciária e polí-

tica "completam o programa de estabilidade" proposto pelo governo.

Já o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) considerou um erro a discussão das matérias administrativas e da Previdência ter sido realizada em regime de urgência. "Deveriam ter sido debatidas à exaustão", acrescentou. O senador chamou a atenção para o fato de aumentarem as aposentadorias precoces "toda vez que o governo anuncia reformas administrativas".